

**SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Rede Assistencial - STS Perus / Pirituba**

CNPJ n.º 61.699.567/0059-09  
Nota de Administração



Em complemento às demonstrações contábeis consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M., o parecer da Assembléia dos Associados da S.P.D.M. e o relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando para publicação as demonstrações contábeis da unidade: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Rede Assistencial - STS Perus / Pirituba** que integra a S.P.D.M., Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da S.P.D.M..

**Relatório da Administração:** Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V. S.<sup>as</sup> o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa de Auditoria Independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM ainda possui outro órgão fiscalizador que

é seu Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas por ela administradas. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais. São Paulo, 28/02/2017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira. - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M..

**Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais**

| Ativo   | 2016                  | 2015                  |
|---|-----------------------|-----------------------|
| <b>Ativo Circulante</b>                                 | <b>239.927.048,04</b> | <b>109.456.426,22</b> |
| <b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>                    | <b>808.542,55</b>     | <b>4.739.485,11</b>   |
| Bancos conta movimento (nota 4.1)                       | 58.494,65             | 14.820,48             |
| Aplicações Financeiras (nota 4.2)                       | 750.047,90            | 4.724.664,63          |
| <b>Cientes</b>  | <b>231.608.604,98</b> | <b>103.632.722,49</b> |
| P.M.S.P. - Rede Assistencial                            |                       |                       |
| STS Perus/Pirituba (nota 4.3)                           | 208.438.158,79        | 77.319.617,30         |
| Valores em Negociação - Contrato                        | 0,00                  | 26.313.105,19         |
| Valor Estimado - Rescisão de Contrato (nota 4.4)        | 23.170.446,19         | 0,00                  |
| <b>Outros Créditos</b> (nota 4.5)                       | <b>7.242.488,15</b>   | <b>1.038.223,68</b>   |
| Antecipações salariais                                  | 1.421,75              | 3.366,67              |
| Antecipação de férias                                   | 1.311.721,87          | 1.006.445,72          |
| Outros créditos e adiantamentos                         | 5.870.320,53          | 28.411,29             |
| Depósito judicial                                       | 59.024,00             | 0,00                  |
| <b>Despesas Pagas Antecipadamente</b>                   | <b>1.724,99</b>       | <b>0,00</b>           |
| Prêmios de seguros e outros a vencer (nota 11)          | 1.724,99              | 0,00                  |
| <b>Estoques</b>   | <b>265.687,37</b>     | <b>45.994,94</b>      |
| Estoques (nota 4.6)                                     | 265.687,37            | 45.994,94             |
| <b>Ativo Não Circulante</b>                             | <b>461.580.671,51</b> | <b>712.539,49</b>     |
| <b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>                   | <b>461.042.189,95</b> | <b>0,00</b>           |
| Contratos/Convênios Públicos a Receber (nota 4.3)       | 461.042.189,95        | 0,00                  |
| <b>Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros</b> (nota 5.0) | <b>538.481,56</b>     | <b>712.539,49</b>     |
| Imobilizado - Bens de Terceiros                         | 945.202,76            | 846.829,15            |
| Ajuste Vida Útil Econômica Bens Terceiros (406.721,20)  | (406.721,20)          | (134.289,66)          |
| <b>Total do Ativo</b>                                   | <b>701.507.719,55</b> | <b>110.168.965,71</b> |

**Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais**

|  | 2016                  | 2015                  |
|--|-----------------------|-----------------------|
| <b>Passivo Circulante</b>                                  | <b>215.659.769,72</b> | <b>88.573.085,01</b>  |
| Fornecedores   | 88.889,64             | 25.925,20             |
| Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica                      | 2.188.598,66          | 1.178.031,10          |
| Salários a pagar   | 6.565.547,98          | 5.346.644,38          |
| Contribuições a recolher (nota 4.11)                       | 1.748.487,61          | 1.480.452,90          |
| Provisão de férias (nota 4.8)                              | 10.860.164,53         | 8.992.750,84          |
| Provisão de FGTS sobre férias (nota 4.8)                   | 868.813,16            | 719.420,06            |
| Provisão PIS sobre 13º Salário e Férias (nota 4.8 e 4.9)   | 108.601,64            | 0,00                  |
| Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03                     | 0,00                  | 197.843,63            |
| Impostos a recolher (nota 4.12)                            | 2.526.474,75          | 1.939.682,99          |
| Obrigações Tributárias                                     | 319.700,67            | 110.598,26            |
| Acordo Trabalhista a pagar                                 | 4.500,00              | 0,00                  |
| Outras contas a pagar                                      | 9.168.929,60          | 880.068,74            |
| Outros Valores de Terceiros                                | 59,00                 | 0,00                  |
| Convênios/Contratos públicos a realizar (nota 6.2)         | 181.211.002,48        | 67.701.666,91         |
| <b>Passivo Não Circulante</b>                              | <b>485.847.949,83</b> | <b>21.595.880,70</b>  |
| Provisão de Despesa  |                       |                       |
| Processos Trabalhistas (nota 4.14)                         | 214.773,86            | 0,00                  |
| Imobilizado - Bens de terceiros (nota 5.0)                 | 945.202,76            | 846.829,15            |
| Ajustes vida útil econômica - Bens de terceiros (nota 5.0) | (406.721,20)          | (134.289,66)          |
| Valor Estimado - Rescisão de Contrato (nota 4.10)          | 24.052.504,46         | 20.883.341,21         |
| Convênios/Contratos Públicos a realizar (nota 6.3)         | 461.042.189,95        | 0,00                  |
| <b>Total do Passivo</b>                                    | <b>701.507.719,55</b> | <b>110.168.965,71</b> |
| <b>Patrimônio Líquido</b> (nota 7)                         | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b>           |
| <b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>            | <b>701.507.719,55</b> | <b>110.168.965,71</b> |

**Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais**

|   | 2016                  | 2015                 |
|---|-----------------------|----------------------|
| <b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>                | <b>204.484.241,96</b> | <b>83.714.718,18</b> |
| 1.1) Prestação de serviços  | 168.608.558,83        | 68.536.226,48        |
| 1.2) Outras Receitas  | 165.647,43            | 0,00                 |
| 1.4) Isenção usufruída sobre contribuições                        | 35.710.035,70         | 15.178.491,70        |
| <b>2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>    | <b>29.049.846,73</b>  | <b>7.244.682,95</b>  |
| 2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações de serviços  | 3.701.290,66          | 430.252,84           |
| 2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outro            | 25.191.267,37         | 6.814.430,11         |
| 2.3) Perda / Recuperação de valores ativos                        | 60.847,48             | 0,00                 |
| 2.4) Outros   | 96.441,22             | 0,00                 |
| <b>3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>                           | <b>175.434.395,23</b> | <b>76.470.035,23</b> |
| <b>4 - Retenções</b>  | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b>          |
| <b>5 - Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade (3-4)</b> | <b>175.434.395,23</b> | <b>76.470.035,23</b> |
| <b>6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>             | <b>334.852,00</b>     | <b>396.559,79</b>    |
| 6.1) Receitas financeiras   | 334.852,00            | 396.559,79           |
| <b>7 - Valor Adicionado Total (5+6)</b>                           | <b>175.769.247,23</b> | <b>76.866.595,02</b> |
| <b>8 - Distribuição do Valor Adicionado</b>                       | <b>175.769.247,23</b> | <b>76.866.595,02</b> |
| 8.1) Pessoal e encargos   | 138.080.134,80        | 61.164.637,17        |
| 8.2) Impostos, taxas e contribuições                              | 88.930,66             | 73.970,52            |
| 8.3) Juros  | 0,00                  | 27.985,25            |
| 8.4) Aluguéis   | 1.890.146,07          | 421.510,38           |
| 8.5) Isenção usufruída sobre contribuições                        | 35.710.035,70         | 15.178.491,70        |

**Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Em Reais**

|   | 2016                  | 2015                 |
|---|-----------------------|----------------------|
| <b>1 - Receitas</b>   | <b>204.484.241,96</b> | <b>83.714.718,18</b> |
| 1.1) Prestação de serviços  | 168.608.558,83        | 68.536.226,48        |
| 1.2) Outras Receitas  | 165.647,43            | 0,00                 |
| 1.4) Isenção usufruída sobre contribuições                        | 35.710.035,70         | 15.178.491,70        |
| <b>2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>    | <b>29.049.846,73</b>  | <b>7.244.682,95</b>  |
| 2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações de serviços  | 3.701.290,66          | 430.252,84           |
| 2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outro            | 25.191.267,37         | 6.814.430,11         |
| 2.3) Perda / Recuperação de valores ativos                        | 60.847,48             | 0,00                 |
| 2.4) Outros   | 96.441,22             | 0,00                 |
| <b>3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>                           | <b>175.434.395,23</b> | <b>76.470.035,23</b> |
| <b>4 - Retenções</b>  | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b>          |
| <b>5 - Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade (3-4)</b> | <b>175.434.395,23</b> | <b>76.470.035,23</b> |
| <b>6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>             | <b>334.852,00</b>     | <b>396.559,79</b>    |
| 6.1) Receitas financeiras   | 334.852,00            | 396.559,79           |
| <b>7 - Valor Adicionado Total (5+6)</b>                           | <b>175.769.247,23</b> | <b>76.866.595,02</b> |
| <b>8 - Distribuição do Valor Adicionado</b>                       | <b>175.769.247,23</b> | <b>76.866.595,02</b> |
| 8.1) Pessoal e encargos   | 138.080.134,80        | 61.164.637,17        |
| 8.2) Impostos, taxas e contribuições                              | 88.930,66             | 73.970,52            |
| 8.3) Juros  | 0,00                  | 27.985,25            |
| 8.4) Aluguéis   | 1.890.146,07          | 421.510,38           |
| 8.5) Isenção usufruída sobre contribuições                        | 35.710.035,70         | 15.178.491,70        |

**Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais**

|   | 2016                    | 2015                 |
|---|-------------------------|----------------------|
| <b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>  | <b>204.484.241,96</b>   | <b>83.714.718,18</b> |
| Superávit ou Déficit dos exercícios   | 0,00                    | 0,00                 |
| <b>Variáveis nos ativos e passivos</b>  | <b>(104.670.946,17)</b> | <b>(45.994,94)</b>   |
| (Aumento) Redução em contas a receber (595.224.061,90)  | (104.670.946,17)        | (45.994,94)          |
| (Aumento) Redução em estoques (219.692,43)  | (219.692,43)            | (45.994,94)          |
| (Aumento) Redução em fornecedores (948.119,00)  | (948.119,00)            | 1.203.956,30         |
| (Aumento) Redução em contas a pagar e provisões (590.564.692,77)                                      | (590.564.692,77)        | 108.252.469,92       |
| (Aumento) Redução de Bens de Terceiros (174.057,93)   | (174.057,93)            | 712.539,49           |
| <b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais (4.105.000,49)</b> | <b>5.452.024,60</b>     | <b>5.452.024,60</b>  |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>  | <b>174.057,93</b>       | <b>(712.539,49)</b>  |
| (-) Adição de Bens de Terceiros   | 174.057,93              | (712.539,49)         |
| <b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos 174.057,93</b> | <b>(712.539,49)</b>     | <b>(712.539,49)</b>  |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>  | <b>0,00</b>             | <b>863.793,44</b>    |
| Empréstimos tomados   | 0,00                    | 863.793,44           |
| (-) Pagamentos de empréstimos/debêntures  | 0,00                    | (863.793,44)         |
| <b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos 0,00</b>      | <b>0,00</b>             | <b>0,00</b>          |
| <b>Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa (3.930.942,56)</b>                              | <b>4.739.485,11</b>     | <b>4.739.485,11</b>  |
| <b>No início dos períodos</b>   | <b>4.739.485,11</b>     | <b>0,00</b>          |
| <b>No final dos períodos</b>  | <b>808.542,55</b>       | <b>4.739.485,11</b>  |

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2016 e 2015**

**1- Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras.** A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Rede Assistencial - STS Perus / Pirituba é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. Desde o início das atividades, a SPDM / Programa de Atenção Integral à Saúde busca o crescimento e a consolidação dos serviços de saúde, a fim de garantir mudanças nos indicadores e na qualidade de vida da população, pautado entre outros, pelos princípios da integralidade e da equidade, com uma visão estratégica da gestão dos serviços de saúde, definida em um processo de aprimoramento contínuo. A SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde por intermédio das Secretarias de Saúde celebraram o Contrato de Gestão nº 04/2015 com o Município de São Paulo, tendo como objetivo o Gerenciamento e execução das ações e serviços de saúde em Unidades de Saúde da Rede Assistencial da STS Perus/ Pirituba, em consonância com as Políticas de Saúde do SUS, com início em 08/05/2015.

**2- Imunidade Tributária:** A SPDM - PAIS Rede Assistencial - STS Perus / Pirituba, enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no artigo 150, Inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05/10/1988.

**2.1 - Requisitos para imunidade tributária:** Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no artigo 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (artigo 5º do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (artigo 5º do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (artigo 25 XIX e artigo 56 § único), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (artigo 46 I) e Assembleia Geral dos Associados (artigo 19 V do Estatuto Social).

**2.2 - Isenção Tributária e Característica da Isenção:** A SPDM - PAIS Rede Assist. - STS Perus / Pirituba, também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 1º da Lei nº 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), apresentando as seguintes características: • a Instituição é regida por legislação infraconstitucional; • a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contra-partida); • existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidade é dispensada de pagar o tributo; • há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais.

**2.3 - Requisitos para Manutenção da Isenção Tributária:** A Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto 8.242/14, estabelece em seu artigo 29 e incisos que a entidade beneficente certificada como filantrópica e de assistência social, na forma do Capítulo II, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - não percebam seus diretores, conselheiros, sócios,

instituidores ou beneficiários, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; II - aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; IV - mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; VI - conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; VII - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; VIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006. Em outubro de 2013 a Lei 12.868 trouxe alterações ao artigo 29 estabelecendo em 3 novos parágrafos que: § 1º A exigência a que se refere o inciso I do caput não impede: I - a remuneração aos diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício; II - a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo federal. § 2º A remuneração dos dirigentes estatutários referidos no inciso II do § 1º deverá obedecer às seguintes condições: I - nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até 3º grau, inclusive afim, de instituidores, sócios, diretores, conselheiros, beneficiários ou equivalentes da instituição de que trata o caput deste artigo; e II - o total pago a título de remuneração para dirigentes, pelo exercício das atribuições estatutárias, deve ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido neste parágrafo. § 3º O disposto nos §§ 1º e 2º não impede a remuneração da pessoa do dirigente estatutário ou diretor que, cumulativamente, tenha vínculo estatutário e empregatício, exceto se houver incompatibilidade de jornadas de trabalho.

**3 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2016, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis são elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros.

**3.1 - Razão Social SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Rede Assistencial - STS Perus / Pirituba,** Avenida General Charles de Gaulle nº 305 - 1º Andar - Parque São Domingos - São Paulo - SP CEP 05124-000 - CNPJ n.º 61.699.567/0059-09.

**3.2 - Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade

mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19/12/2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

**4 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002) e suas alterações. Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classificá-las em Circulante e Não Circulante conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal.

**4.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

**Valores em Reais**

|                                      | 31.12.2016-R\$    | 31.12.2015-R\$      |
|--------------------------------------|-------------------|---------------------|
| Saldos em Bancos                     | 58.494,65         | 14.820,48           |
| Aplicação Financeira de Curto Prazo  | 750.047,90        | 4.724.664,63        |
| <b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b> | <b>808.542,55</b> | <b>4.739.485,11</b> |

**4.2 - Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações encontram-se aplicadas por força do Contrato de Gestão nº 04/2015 cujo rendimento é revertido integralmente aos mesmos.

**Instituição**

| Financeira | Tipo de Aplicação | Taxa % |
|------------|-------------------|--------|
|------------|-------------------|--------|

▶ **continuação**

abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2016 é de R\$265.867,37. A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência. O montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas. (Resolução CFC No. 1.170/09 (NBC TG 16)).

| Valores em Reais                          | 31/12/2016-R\$    | 31/12/2015-R\$   |
|---|-------------------|------------------|
| Materiais utilizados no setor de Nutrição | 63,71             | 59,16            |
| Materiais utilizados no setor de Farmácia | 66.332,69         | 0,00             |
| Materiais de Almoarifado                  | 199.290,97        | 45.935,78        |
| <b>Total</b>                              | <b>265.687,37</b> | <b>45.994,94</b> |

**4.7 - Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **4.8 - Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **4.9 - Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **4.10 - Outras Provisões:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. Baseado nas cláusulas contratuais do Contrato de Gestão 04/2015 e na IAS 37, a O.S. SPDM-PAIS tem como responsabilidade, os pagamentos das verbas trabalhistas, bem como, ao final do Convênio quitar todas as obrigações devidas aos colaboradores, inclusive as indenizações contempladas na CLT e respectivas convenções. Desta forma, calculamos na conta "Valor Estimado - Rescisão de Contrato", as obrigações presentes, resultantes de eventos passados, baseados nos valores atuais contemplados na folha de pagamento até a data do Balanço. **4.11 - Contribuições a Recolher**

| Valores em Reais     | 2016-R\$            | 2015-R\$            |
|----------------------|---------------------|---------------------|
| INSS                 | 570.036,34          | 442.578,99          |
| FGTS                 | 1.034.620,73        | 878.514,23          |
| PIS                  | 129.965,66          | 110.562,29          |
| Sindicato a recolher | 12.564,88           | 47.767,39           |
| <b>Total</b>         | <b>1.747.187,61</b> | <b>1.479.422,90</b> |

**4.12 - Impostos a Recolher**

| Valores em Reais | 2016-R\$            | 2015-R\$            |
|------------------|---------------------|---------------------|
| I.R.             | 2.526.474,75        | 1.939.682,99        |
| <b>Total</b>     | <b>2.526.474,75</b> | <b>1.939.682,99</b> |

**4.13 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações, e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, inclusive "Outras Provisões" citados no item 4.10, as mesmas foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **4.14 - Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá, requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde, por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórios, quantos processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31/12/2016, era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 241.935,00. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2016, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aqueles cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas no montante de R\$ 214.773,86. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 940.614,79.

**4.15 - Contingências Ativas:** Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que deem origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis. Quando a entrada de benefícios econômicos se tornarem prováveis, a entidade divulga o ativo contingente através de breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço. **4.16 - Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **4.17 - Apuração do Resultado:** O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07), Item 12, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. **5 - Imobilizado:** O imobilizado de uso da SPDM - PAIS Rede Assistencial - STS Perus / Pirituba SPDM é composto por bens de terceiros os quais são fruto de aquisição realizada com recursos do Convênio nº 04/2015 para os quais possuímos documentos enviados as Secretarias de Saúde para fins de in-

corporação ao Patrimônio Público. Segundo o inciso II do § 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº. 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização".

**Imobilizado Bens de Terceiros**

|  | Saldo em 31/12/2015 | Adição           | Baixa       | Transferência    | Saldo em 31/12/2016 |
|--|---------------------|------------------|-------------|------------------|---------------------|
| Aparelhos Equipamentos Utensílios Medicos Odontológicos Laboratórios | 589.526,08          | 0,00             | 0,00        | 21.354,15        | 610.880,23          |
| Equipamentos Processamento de Dados                                  | 24.674,00           | 21.497,54        | 0,00        | 0,00             | 46.171,54           |
| Mobiliário em geral  | 162.696,62          | 24.590,94        | 0,00        | 13.669,67        | 200.957,23          |
| Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos                          | 28.958,84           | 4.180,00         | 0,00        | 195,66           | 33.334,50           |
| Aparelhos de medição   | 6.270,00            | 0,00             | 0,00        | 0,00             | 6.270,00            |
| Aparelhos e equipamento comunicação                                  | 6.766,33            | 0,00             | 0,00        | 160,75           | 6.927,08            |
| Aparelhos e utensílios domésticos                                    | 21.467,07           | 5.324,00         | 0,00        | 2.145,90         | 28.936,97           |
| Equipamentos para Audio Vídeo e Foto                                 | 6.470,21            | 5.255,00         | 0,00        | 0,00             | 11.725,21           |
|  | <b>846.829,15</b>   | <b>60.847,48</b> | <b>0,00</b> | <b>37.526,13</b> | <b>945.202,76</b>   |

**Ajuste vida-útil econômica**

**Bens de Terceiros**

|  | Ajuste vida-útil do Período | Transferencial  | Ajuste vida-útil 31/12/2016 | Valor Líquido em 31/12/2016 | Taxa Anual de ajuste |
|--|-----------------------------|-----------------|-----------------------------|-----------------------------|----------------------|
| Aparelhos Equipamentos Utensílios Medicos Odontológicos Laboratórios | (201.268,09)                | (555,50)        | (301.648,70)                | 309.231,53                  | <b>10%</b>           |
| Equip Processamento de Dados   | (13.747,17)                 | 0,00            | (19.178,02)                 | 26.993,52                   | <b>20%</b>           |
| Mobiliário em geral  | (39.447,65)                 | (344,63)        | (60.515,96)                 | 140.441,27                  | <b>10%</b>           |
| Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos                          | (6.475,55)                  | (5,44)          | (9.915,46)                  | 23.419,04                   | <b>10%</b>           |
| Aparelhos de medição   | (855,00)                    | 0,00            | (1.211,25)                  | 5.058,75                    | <b>10%</b>           |
| Aparelhos e equipamento comunicação                                  | (2.730,65)                  | (2,03)          | (4.030,98)                  | 2.896,10                    | <b>10%</b>           |
| Aparelhos e utensílios domésticos                                    | (5.840,50)                  | (59,61)         | (8.596,01)                  | 20.340,96                   | <b>10%</b>           |
| Equipamentos para Audio Vídeo e Foto                                 | (1.099,72)                  | 0,00            | (1.624,82)                  | 10.100,39                   | <b>10%</b>           |
|  | <b>(271.464,33)</b>         | <b>(967,21)</b> | <b>(406.721,20)</b>         | <b>538.481,56</b>           |                      |

**6 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, Assistências Governamentais, contribuições e subvenções, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **6.1 - Das Receitas Operacionais:** Os valores recebidos diretamente pela Entidade através dos convênios representaram em 2016, 100% do total das receitas operacionais. **6.2 - Contratos de Gestão, Subvenções e outros tipos de Convênios Públicos (Resolução CFC 1.305/10):** São recursos financeiros provenientes de Contratos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os Contratos firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC nº 1.305/10 na qual uma Assistência governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2016, a Instituição SPDM - PAIS Rede Assist. - STS Perus / Pirituba, recebeu a toque de caixa as Assistências Governamentais descritas conforme abaixo:

| CNPJ nº 61.699.567/0059-09  |                |
|---|----------------|
| Convênio/Contrato   | R\$            |
| Contrato de Gestão 04/2015 - Rede Assistencial - STS Perus/Pirituba | 154.141.882,07 |

**6.3 - Contratos de Gestão, Assistências Governamentais e outros tipos de Convênios Públicos (Valores de Longo Prazo):** A fim de tornar mais transparentes e completas as informações sobre os contratos de gestão e convênios, os valores totais a receber pactuados com os gestores, bem como os valores a realizar, passaram a ser contabilizados nas rubricas: Valores a receber - convênios/contratos públicos a receber (Ativo não Circulante) e Valores de Terceiros - convênios/contratos públicos a realizar (Passivo não circulante). **7 - Patrimônio:** O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do superávit ou subtraído do déficit do exercício, reserva de reavaliação patrimonial considerado, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado. **8 - Resultado do Exercício:** O Resultado do exercício será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 em especial ao item 15: valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. Em virtude da aplicação de outros itens da resolução o resultado do exercício, nos casos de convênios e contratos de gestão com órgãos governamentais tem sido "zero", face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. Nos casos onde há superávit ou déficit ou ainda parte deles que tenha restrição para aplicação, está reconhecida em conta específica do Patrimônio Líquido. **9 - Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834/16 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 20/08/2014, a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000-153024/2014-03. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício 2016 se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: R\$ 35.710.035,70. Em 02/09/2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834/16 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que

| Consulta outros |                     |                                 |                   | Visita  |               | Procedimentos |             | Procedimentos |             | Usuários    |                | Famílias |  | Pacientes em |  |
|-----------------|---------------------|---------------------------------|-------------------|---------|---------------|---------------|-------------|---------------|-------------|-------------|----------------|----------|--|--------------|--|
| Consulta Médica | Consulta Enfermeiro | profissionais de nível superior | Domiciliar do ACS | Exames  | de enfermagem | odontológicos | Cadastrados | Cadastrados   | Cadastrados | Cadastrados | Acompanhamento |          |  |              |  |
| 1.033.266       | 165.016             | 94.388                          | 1.187.070         | 144.951 | 1.186.909     | 328.510       | 318.280     | 90.415        | 1.562       |             |                |          |  |              |  |

**13 - Relatório de Prestação de Contas:** A SPDM - PAIS elaborou relatórios mensais e anuais para prestação de contas do Contrato de Gestão nº 04/2015 que mantêm com diversos municípios no estado de São Paulo. Em 2016 os relatórios de Prestação de Contas, foram auditados e revisados por auditores independentes. **14 - Exercício Social:** Conforme estabelece o artigo 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

**Debora Melo Kiyaman**  
Contadora - CRC -1SP 290.262/O-6

**Darlei Alves Freire**  
Controladoria - CRC -1SP 219.650/O-9

**Mário Silva Monteiro**  
Superintendente - S.P.D.M./PAIS

**Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira**  
Presidente da S.P.D.M.

**Ata da 26ª Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Data, Horário e Local:** Aos 18/04/2017, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro e o Dr. Agenor Pares regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Convidados: **Superintendentes:** Prof. Drs. Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur, Srs. Énio Santos e Sr. Alexandre Chiaratti o Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior de 11/11/2016, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2016 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem Do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2016 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJFCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbiní (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hosp. Pedro) o Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assist. Superv. Tenc. Da Saúde VI Maria/ VI Guilherme (VLGUILHERM), Rede Assistencial de Superv. **Parecer da Assembleia Geral dos Associados: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina.** A Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (artigo 19 inciso V), realizada nesta data examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Supe-

Técnica de Saúde Butante (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) e AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R. LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assit. Farmaceut. CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Pq Fontes do Ipiranga, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão p/ Pessoas com Deficiência Visual , Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assist. VI Form. Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assist. - STS Ipiranga/Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRANGA), Rede Assist. - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assist. da Pará, Belém, Mooca e Águia Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS PA/P/PS (P.A.P.S.), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedicto Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P. 3.2), o PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT), Coord. de Emerg. Regional do Leblon- AP 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Dr. Ronaldo passou a palavra ao Sr. Énio Santos que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2016. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 18/04/2017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira; Prof. Dr. José Osmar Medina de Pestana; Sr. José Eduardo Ribeiro; Dr. Agenor Pares.

rávít, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2016, Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Dia-



## continuação

demã (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florença de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odello Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araraquã Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUA), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hospital Pedro) o Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assistência Supervisões Técnica da Saúde VI Maria/ VI Guilherme (VLGUILHERM), Rede Assistencial de Supervisões Técnica de Saúde Butantã (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistência Farmacêutica CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados

**Parecer do Conselho Fiscal:** Ilmo. Sr. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Em conformidade com o artigo 46 do Estatuto Social da SPDM, o Conselho Fiscal reuniu-se nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2016 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florença de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odello Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araraquã Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUA), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hospital Pedro) o Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assistência Supervisões Técnica da Saúde VI Maria/ VI Guilherme (VLGUILHERM), Rede Assistencial de Supervisões Técnica de Saúde Butantã (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME

**Relatório dos Auditores Independentes: Opinião:** Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Rede Assistencial - STS Perus / Pirituba que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31/12/2016, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31/12/2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2016, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são

SPDM, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Pq Fontes do Ipiranga , CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Deficiência Visual , Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Eivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistencial Vila Formosa Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assistencial - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial da Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A.P.S (P.A.P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P.3.2), O PAIS A.P. 1.0 (A.P.1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos ( GEST.EVENT), Coordenação de Emergência Regional do Leblon- AP 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU), Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente, o parecer do Conselho Fiscal, colocada em votação, esta Assembleia aprova por unanimidade as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 19/04/2017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira. - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M. Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistência Farmacêutica CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Pq Fontes do Ipiranga , CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Deficiência Visual , Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Eivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistencial VI Formosa Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assistencial - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial da Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A.P.S (P.A.P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P.3.2), O PAIS A.P. 1.0 (A.P.1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos ( GEST.EVENT), Coordenação de Emergência Regional do Leblon- AP 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independentes e acatando suas observações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 13/04/2017. Prof. Dr. Carlos Edval Buchalla; Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta; Profa. Dra. Ruth Guinsberg, obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 30/03/2017. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 024298/O-3; Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

## EDENRED SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ 08.767.322/0001-72

Demonstrações Financeiras

Balanços Patrimoniais Levantados em 07 de Abril de 2016 e de 2015 - (Em milhares de reais - R\$)

| Ativo                                | 2016           | 2015           | Passivo e Patrimônio Líquido                      | 2016           | 2015           |
|--------------------------------------|----------------|----------------|---|----------------|----------------|
| <b>Circulante</b>                    |                |                | <b>Circulante</b>                                 |                |                |
| Caixa e equivalentes de caixa        | 1              | 52             | Imposto de renda e contribuição social a recolher | -              | 3              |
| Impostos a recuperar                 | 1.038          | 1.016          | Dividendos obrigatórios                           | 0              | 86.172         |
| Dividendos a receber                 | 0              | 86.169         | <b>Total do passivo circulante</b>                | <b>0</b>       | <b>86.175</b>  |
| <b>Total do ativo circulante</b>     | <b>1.039</b>   | <b>87.237</b>  | <b>Patrimônio Líquido</b>                         |                |                |
| <b>Não Circulante</b>                |                |                | Capital social                                    | 138.261        | 138.261        |
| Investimentos                        | 929.971        | 719.840        | Reserva de lucros                                 | 27.652         | 27.652         |
| <b>Total do ativo não circulante</b> | <b>929.971</b> | <b>719.840</b> | Resultados a destinar                             | 765.097        | 554.989        |
|                                      |                |                | <b>Total do patrimônio líquido</b>                | <b>931.010</b> | <b>720.902</b> |
| <b>Total do Ativo</b>                | <b>931.010</b> | <b>807.077</b> | <b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>      | <b>931.010</b> | <b>807.077</b> |

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 07 de Abril de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$)

|   | Capital social | Reserva de lucros Legal | Resultados a destinar | Total          |
|---|----------------|-------------------------|-----------------------|----------------|
| <b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b> | <b>138.261</b> | <b>27.652</b>           | <b>559.334</b>        | <b>725.247</b> |
| Lucro líquido do exercício              | -              | -                       | 344.689               | 344.689        |
| Dividendos distribuídos                 | -              | -                       | (262.862)             | (262.862)      |
| Dividendos obrigatórios                 | -              | -                       | (86.172)              | (86.172)       |
| <b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015</b> | <b>138.261</b> | <b>27.652</b>           | <b>554.989</b>        | <b>720.902</b> |
| Lucro líquido do exercício              | -              | -                       | 123.936               | 123.936        |
| Dividendos obrigatórios                 | -              | -                       | 86.172                | 86.172         |
| <b>Saldos em 31 de Dezembro de 2016</b> | <b>138.261</b> | <b>27.652</b>           | <b>765.097</b>        | <b>931.010</b> |

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 07 de Abril de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

**1. Contexto Operacional:** Considerações Gerais: A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como colista ou acionista, e bem assim em empreendimentos industriais, comerciais e agropecuários, sob qualquer forma. **2. Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras e Resumo das Principais Práticas Contábeis:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e também os Pronunciamentos técnicos, as Interpretações e Orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. **2.2. Base de elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **As Principais Práticas Contábeis Adotadas foram as seguintes:** **a) Resultado das operações:** Apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **b) Reconhecimento das receitas:** As receitas são reconhecidas no momento da efetiva prestação de serviços. **c) Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), que foi designado como moeda funcional, por ser a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, e também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. **d) Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo são reconhecidos imediatamente no resultado. A Companhia classifica seus ativos financeiros como empréstimos e recebíveis, representados por contas a receber de clientes e caixa e equivalentes de caixa. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos finance-

ros foram adquiridos e é determinada no reconhecimento inicial. **e) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no fim de cada exercício, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **f) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 25% e para a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. **g) Dividendos Obrigatórios:** A proposta de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos obrigatórios" por ser considerada como uma obrigação estatutária da Companhia. **3. Principais Fontes de Julgamento e Estimativas:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas as estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros. **a) Avaliação dos instrumentos financeiros:** A Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros. **4. Aplicações Financeiras:** Estão representadas por investimentos temporários, estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não superando seus valores de mercado, são resgatáveis a qualquer tempo e es-

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 07 de Abril de 2016 e de 2015 - (Em milhares de reais - R\$)

|   | 2016           | 2015           |
|---|----------------|----------------|
| <b>Despesas Operacionais</b>                                    |                |                |
| Assessoria e representação                                      | (1)            | (5)            |
| Outras despesas gerais e administrativas                        | (51)           | (64)           |
| Equivalência patrimonial  | 123.962        | 344.681        |
| <b>Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro</b>          | <b>123.910</b> | <b>344.612</b> |
| <b>Resultado Financeiro</b>                                     |                |                |
| Receitas financeiras  | 26             | 79             |
| <b>Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b> | <b>123.936</b> | <b>344.691</b> |
| <b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>                   |                |                |
| Correntes   | -              | (2)            |
| <b>Lucro Líquido do Exercício</b>                               | <b>123.936</b> | <b>344.689</b> |

(\*) A Companhia não possui itens registrados como resultados abrangentes, portanto, não é aplicável a apresentação da demonstração do resultado abrangente.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 07 de Abril de 2016 e de 2015 - (Em milhares de reais - R\$)

| Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais   | 2016      | 2015      |
|---|-----------|-----------|
| Lucro líquido do exercício  | 123.936   | 344.689   |
| Reconciliação do lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais: |           |           |
| Equivalência patrimonial  | (123.962) | (344.681) |
|   | (26)      | 8         |

(Aumento) redução nos ativos:

|  |             |             |
|--|-------------|-------------|
| Circulante:  |             |             |
| Impostos a recuperar                                   | (22)        | (74)        |
| Aumento (redução) nos passivos:                        |             |             |
| Circulante:  |             |             |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher      | (3)         | 1           |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais     | (51)        | (65)        |
| <b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>  |             |             |
| Recebimento de dividendos                              | 0           | 354.429     |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento  | 0           | 354.429     |
| <b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b> |             |             |
| Pagamento de dividendos                                | 0           | (354.429)   |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | 0           | (354.429)   |
| <b>Redução do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>        | <b>(51)</b> | <b>(65)</b> |
| <b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>                   |             |             |
| Saldo final  | 1           | 52          |
| Saldo inicial  | 52          | 117         |
| <b>Redução do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>        | <b>(51)</b> | <b>(65)</b> |

tao sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2016, a aplicação financeira está representada por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs remunerados por taxa de 100% de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI com liquidez diária. **5. Capital Social:** O Capital Social, inteiramente subscrito e integralizado, é de R\$ 138.261, divididos em 115.620.782 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A política e distribuição determina que os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, dividendos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, apurado na forma da Lei. **6. Aspectos Societários:** Em 07 de Abril de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação integral da companhia pela empresa Edenred Brasil Participações S.A, pelo seu valor patrimonial. **7. Aprovação para Emissão das Demonstrações Financeiras:** As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em reunião ocorrida em 26 de abril de 2017.

Diretoria

Gilles Andre Coccolli - Diretor Presidente

Alaor Barra Aguirre - Diretor Vice Presidente

Ivonete Cornalina da Silva Oliveira - CRC.SP.NR. 180651/O-8



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 02/05/2017 02:25:13.

Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E

[ Ticket: 25735607 ] - www.imprensaoficial.com.br